EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CONTEXTO BILÍNGUE

Samantha Rocha [1]
Sara Moitinho [2]

RESUMO

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior constitui um desafio que demanda mudanças pedagógicas, institucionais e atitudinais, visando garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses sujeitos. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir boas práticas pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes surdos no contexto universitário, a partir de um produto educacional desenvolvido pelas autoras no âmbito do mestrado profissional em educação bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A pesquisa que fundamenta o produto adotou abordagem qualitativa, com orientação etnográfica, utilizando como técnicas de coleta de dados a observação direta e entrevistas semiestruturadas com estudantes surdos do curso de Pedagogia Bilíngue do INES. Os resultados evidenciam que a inclusão efetiva exige o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, e não apenas como deficiência. Destaca-se a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua do estudante surdo e da adoção de estratégias pedagógicas visuais, acessíveis e culturalmente sensíveis. Entre as práticas recomendadas, incluem-se o uso de recursos visuais, adaptação de avaliações, planejamento colaborativo com intérpretes e flexibilização metodológica. Além disso, ressalta-se o papel central do professor como mediador do conhecimento e agente de inclusão, sendo necessária formação continuada para atuação em contextos bilíngues. Conclui-se que a construção de uma educação superior inclusiva depende da articulação entre práticas docentes, políticas institucionais e valorização da diversidade linguística e cultural. O estudo contribui ao oferecer subsídios teórico-práticos para docentes e instituições, reforçando a necessidade de uma pedagogia comprometida com a equidade, a acessibilidade e o respeito às singularidades dos estudantes surdos.

Palavras-chave: Ensino Superior, Inclusão, Surdos, Educação Bilíngue, Práticas Pedagógicas.

[1]Mestra em Educação Bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos - RJ, sam.souza1@hotmail.com;
[2] Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo – USP, saramoitinho@ines.gov.br;

Introdução

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro exige transformações nas práticas pedagógicas e na organização institucional, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, persistem barreiras linguísticas, comunicacionais e metodológicas que dificultam a formação acadêmica desses estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver estratégias de ensino que reconheçam as especificidades da educação de surdos e promovam ambientes universitários acessíveis e inclusivos.

A compreensão da surdez sob uma perspectiva sociocultural constitui um princípio essencial para a construção dessas práticas. Conforme Strobel (2008), a cultura surda está relacionada às experiências visuais, às identidades e às formas de interação dos sujeitos surdos com o mundo. Nessa perspectiva, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha papel fundamental na comunicação e na construção do conhecimento. Quadros e Karnopp (2004) destacam a importância do reconhecimento da língua de sinais como sistema linguístico legítimo, cuja valorização contribui para práticas educacionais que respeitem as particularidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

No âmbito legal, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 estabeleceu diretrizes para sua difusão e para a acessibilidade linguística nos espaços educacionais. Posteriormente, a Lei nº 14.191/2021 reconheceu a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, considerando a Libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua. Entretanto, a garantia desses direitos demanda ações pedagógicas que ultrapassem o cumprimento da legislação e se concretizem nas experiências cotidianas dos estudantes.

Nesse cenário, o professor assume papel fundamental na organização de práticas que favoreçam a aprendizagem em contextos bilíngues. A utilização de recursos visuais, materiais acessíveis, metodologias participativas, adaptações avaliativas e planejamento colaborativo com intérpretes de Libras constitui um conjunto de possibilidades para reduzir barreiras educacionais. Contudo, essas estratégias precisam considerar a diversidade de experiências linguísticas e trajetórias escolares dos estudantes surdos,

exigindo formação continuada, flexibilidade metodológica e reflexão permanente sobre o trabalho docente.

Diante dessas necessidades, destaca-se a importância de materiais que aproximem os conhecimentos produzidos pela pesquisa acadêmica das práticas desenvolvidas nas universidades. Nessa perspectiva, foi elaborado o produto educacional Sinalizando Saberes: Um Guia com Boas Práticas para Professores do Ensino Superior com Alunos Surdos, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O manual resulta de uma pesquisa qualitativa, com orientação etnográfica, fundamentada em observações diretas e entrevistas semiestruturadas com estudantes surdos do curso de Pedagogia Bilíngue do INES. O material reúne orientações sobre acessibilidade linguística, planejamento de aulas, estratégias metodológicas e práticas pedagógicas inclusivas, buscando contribuir para a atuação docente no ensino superior.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir práticas pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes surdos no ensino superior, a partir das orientações reunidas no referido produto educacional. Busca-se contribuir para a reflexão sobre a formação e a atuação de professores em contextos bilíngues, destacando a importância de estratégias que valorizem a Libras, a cultura surda e as experiências visuais como elementos fundamentais para uma educação superior acessível, equitativa e comprometida com a diversidade.

Metodologia

Este artigo caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, fundamentado na análise e discussão de práticas pedagógicas inclusivas apresentadas no produto educacional Sinalizando Saberes: Um Guia com Boas Práticas para Professores do Ensino Superior com Alunos Surdos, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O produto educacional foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa, com orientação etnográfica, realizada no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do INES, localizado no Rio de Janeiro. A investigação contou com a participação de 15 estudantes surdos, distribuídos entre o primeiro, terceiro e quinto períodos do curso. Para

a produção dos dados, foram utilizadas a observação direta de atividades em sala de aula e entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente em Libras. Esses procedimentos possibilitaram compreender as percepções e experiências dos participantes em relação às práticas pedagógicas, à acessibilidade linguística e aos desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem.

A partir das informações produzidas na investigação e de referenciais teóricos sobre educação bilíngue, cultura surda e inclusão no ensino superior, foi desenvolvido o manual de orientações pedagógicas destinado a professores universitários. O material reúne recomendações relacionadas à utilização de recursos visuais, à elaboração de materiais acessíveis, à adaptação de avaliações, ao planejamento colaborativo com intérpretes de Libras e à flexibilização de estratégias metodológicas, considerando as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

Para a elaboração deste artigo, foram selecionadas e organizadas as principais orientações pedagógicas apresentadas no manual, articulando-as aos desafios identificados na pesquisa que fundamentou sua construção. A discussão foi estruturada de modo a evidenciar as possibilidades de aplicação dessas estratégias no contexto universitário, com ênfase na acessibilidade comunicacional, no planejamento pedagógico bilíngue e na formação docente.

Dessa forma, o estudo busca apresentar o produto educacional como um instrumento de apoio à reflexão e ao aprimoramento das práticas docentes, sem a pretensão de estabelecer procedimentos universais, mas oferecendo subsídios teórico-práticos para a construção de ambientes acadêmicos mais acessíveis, inclusivos e culturalmente sensíveis.

Compreendendo a surdez: concepções, cultura e identidade surda

A compreensão da surdez é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior, especialmente em contextos bilíngues. Historicamente, a surdez foi compreendida sob uma perspectiva clínico-terapêutica, que enfatizava a perda auditiva e a necessidade de reabilitação, desconsiderando os aspectos linguísticos e culturais das pessoas surdas. Entretanto, essa concepção passou a ser questionada pelos estudos socioculturais, que reconhecem a surdez como uma diferença linguística e cultural, e não apenas como uma deficiência (Skliar, 1998).

Nessa perspectiva, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) assume papel essencial na comunicação, na construção do conhecimento e nas relações sociais das pessoas surdas. Conforme Quadros e Karnopp (2004), a língua de sinais possui estrutura gramatical própria e constitui um importante instrumento de expressão e aprendizagem. Strobel (2008) destaca que a cultura surda está relacionada às experiências visuais, aos valores e às práticas compartilhadas pela comunidade surda, contribuindo para a construção de identidades e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

A identidade surda, por sua vez, não pode ser compreendida de maneira homogênea, uma vez que os sujeitos apresentam diferentes experiências sociais, culturais e linguísticas. Perlin (2016) apresenta diferentes categorias identitárias, entre elas: identidades surdas, identidades surdas híbridas, identidades de transição, identidade surda intermediária ou incompleta, identidades flutuantes e identidade embasada. Essas classificações evidenciam diferentes formas de identificação com a Libras, com a comunidade surda e com a cultura ouvinte, considerando as trajetórias individuais dos sujeitos.

Ampliando essa discussão, Carvalho e Campelo (2022) identificam outras configurações identitárias, como a identidade surda com Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), identidade surda com implante coclear (IC), identidade étnica dos surdos, identidade surda Urubu-Ka'apor e de outras línguas de sinais emergentes, identidade negra surda, identidade surda unilateral e identidade surdocega. Essas categorias contribuem para compreender a pluralidade das experiências surdas, considerando aspectos linguísticos, culturais, étnicos e sociais.

No contexto universitário, o reconhecimento dessa diversidade influencia diretamente a atuação docente, pois a maneira como o professor compreende a surdez interfere nas estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Conforme Ruski (2018), não é adequado enquadrar todos os sujeitos surdos em uma única categoria, sendo necessário considerar suas particularidades. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve contemplar diferentes experiências linguísticas e culturais, valorizando a Libras, os recursos visuais e a acessibilidade comunicacional.

Assim, compreender a surdez sob uma perspectiva sociocultural contribui para superar barreiras pedagógicas e atitudinais, favorecendo a construção de práticas educativas bilíngues, acessíveis e culturalmente sensíveis. Essa compreensão é essencial

para que o ensino superior reconheça as singularidades dos estudantes surdos e promova condições de participação, aprendizagem e permanência acadêmica.

Trajetória histórica da educação de surdos e a construção da educação bilíngue

A história da educação de surdos é marcada por processos de exclusão, transformações pedagógicas e conquistas sociais. Durante a Antiguidade e a Idade Média, predominavam concepções que consideravam as pessoas surdas incapazes de aprender, restringindo sua participação social e educacional (Levy, 2019; Moura et al., 1997). Na Idade Moderna, surgiram iniciativas sistematizadas de ensino, destacando-se Pedro Ponce de León e Juan Pablo Bonet, que desenvolveram métodos envolvendo a oralização e o alfabeto manual. Posteriormente, Charles Michel de l'Epée valorizou a comunicação por sinais e contribuiu para a institucionalização da educação de surdos (Duarte et al., 2013; Vieira; Bondezan, 2011).

Entretanto, o Congresso de Milão, realizado em 1880, representou um retrocesso ao estabelecer a predominância do oralismo e restringir o uso das línguas de sinais nas instituições educacionais. Somente a partir da década de 1960, com os estudos linguísticos de William Stokoe, as línguas de sinais passaram a conquistar maior reconhecimento científico, fortalecendo movimentos em defesa dos direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas (Moura et al., 1997).

No Brasil, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) desempenhou papel importante na trajetória da educação de surdos e na valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987, e a mobilização da comunidade surda contribuíram para o fortalecimento das reivindicações por uma educação que respeitasse suas especificidades linguísticas e culturais (Fernandes et al., 2014).

Essas mobilizações favoreceram avanços legais, como a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou sua utilização e estabeleceu diretrizes para a formação de professores, o ensino de Libras e a acessibilidade linguística. Posteriormente, a Lei nº 14.191/2021 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo a educação bilíngue de surdos como modalidade educacional, com a Libras como

primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L2) (Brasil, 2002; 2005; 2021).

Nesse contexto, a educação bilíngue representa uma conquista fundamental para o reconhecimento das diferenças linguísticas e culturais dos estudantes surdos. Conforme Quadros e Karnopp (2004), a língua de sinais desempenha papel essencial na construção do conhecimento e nas interações sociais. Assim, no ensino superior, a efetivação dessa perspectiva exige práticas pedagógicas que valorizem a Libras, promovam acessibilidade linguística e assegurem condições de participação e aprendizagem aos estudantes surdos.

O papel do professor e o planejamento de práticas pedagógicas acessíveis

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior exige mudanças nas práticas pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, ultrapassando a garantia de acesso às instituições. Nesse contexto, o professor desempenha papel fundamental como mediador do conhecimento, sendo responsável por desenvolver estratégias que considerem as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos. Conforme Strobel (2008), a inclusão não depende apenas da presença de intérpretes de Libras, mas também de uma postura docente comprometida com a valorização das diferenças e a promoção de condições equitativas de aprendizagem.

Nessa perspectiva, Quadros e Karnopp (2004) destacam a importância de práticas educacionais que reconheçam a Libras e valorizem as experiências visuais dos estudantes surdos. Assim, o professor deve superar metodologias centradas exclusivamente na oralidade, incorporando recursos visuais, materiais adaptados e estratégias que favoreçam a compreensão dos conteúdos acadêmicos. Para Skliar (1998), a inclusão pressupõe o reconhecimento das particularidades linguísticas e culturais dos sujeitos surdos, não se restringindo à sua presença física nos espaços educacionais.

O planejamento de aulas acessíveis constitui, portanto, uma dimensão essencial da atuação docente. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece a acessibilidade como condição para o exercício de direitos, incluindo o acesso à informação, à comunicação e à educação (Brasil, 2015). Nesse sentido, o planejamento pedagógico deve contemplar estratégias como a utilização de imagens, infográficos, vídeos legendados, mapas conceituais, linguagem escrita clara e materiais disponibilizados antecipadamente aos intérpretes de Libras.

Além dos recursos didáticos, a flexibilização das avaliações e a promoção da participação ativa dos estudantes surdos são fundamentais para garantir oportunidades de aprendizagem. Entre as possibilidades estão avaliações com recursos visuais, apresentações em Libras e atividades colaborativas que respeitem as diferentes formas de expressão do conhecimento. Fernandes et al. (2014) ressaltam a importância da articulação entre professores, intérpretes e demais profissionais da instituição, evidenciando que a acessibilidade educacional deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva.

Dessa forma, a atuação docente em contextos bilíngues requer formação continuada, planejamento colaborativo e sensibilidade às particularidades dos estudantes surdos. A adoção de práticas pedagógicas acessíveis contribui para reduzir barreiras comunicacionais e metodológicas, favorecendo a participação, a permanência e a aprendizagem no ensino superior.

Práticas pedagógicas inclusivas para estudantes surdos no ensino superior

A construção de práticas pedagógicas inclusivas para estudantes surdos no ensino superior exige o reconhecimento das diferenças linguísticas, culturais e individuais que caracterizam esses sujeitos. Nesse sentido, não existem metodologias únicas capazes de atender a todas as necessidades educacionais, sendo fundamental que o professor desenvolva estratégias flexíveis, considerando as experiências, os conhecimentos prévios e as formas de comunicação dos estudantes.

Entre as práticas recomendadas, destaca-se a utilização de recursos visuais e materiais didáticos acessíveis, como imagens, infográficos, mapas mentais, vídeos legendados ou com tradução em Libras e apresentações com linguagem clara e objetiva. A organização do ambiente também deve favorecer a comunicação visual, garantindo iluminação adequada, posicionamento que permita visualizar o professor e o intérprete e disposição das carteiras que facilite a interação entre os estudantes. Além disso, é importante respeitar o tempo necessário para acompanhar a interpretação e visualizar os materiais apresentados, evitando a exigência de atenção simultânea a diferentes fontes de informação.

Outra estratégia relevante consiste no planejamento colaborativo entre professores e intérpretes de Libras, mediante a disponibilização antecipada dos conteúdos, das

atividades e dos materiais didáticos. Essa articulação favorece a preparação da interpretação, especialmente diante de conceitos técnicos e termos específicos das diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, cabe ressaltar que a responsabilidade pelo ensino e pela aprendizagem permanece com o professor, enquanto o intérprete atua na mediação linguística e comunicacional.

A flexibilização das atividades e avaliações também constitui uma medida importante para garantir condições equitativas de aprendizagem. Recomenda-se considerar a ampliação do tempo quando necessária, a utilização de recursos visuais e a possibilidade de apresentação de conhecimentos em Libras. Nas produções escritas em língua portuguesa, é fundamental considerar os aspectos semânticos e o conteúdo apresentado, respeitando as particularidades linguísticas de estudantes que utilizam a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, sem desconsiderar os objetivos de aprendizagem.

No âmbito das relações interpessoais, o professor deve incentivar a participação ativa dos estudantes surdos, promovendo atividades colaborativas e oportunidades de interação com os colegas ouvintes. Também é importante conhecer as particularidades linguísticas e culturais de cada estudante, evitando generalizações e práticas que possam gerar constrangimentos ou exclusão. O aprendizado de conhecimentos básicos de Libras pelos docentes e a valorização da cultura surda contribuem para fortalecer vínculos e favorecer um ambiente acadêmico acolhedor.

A utilização de tecnologias digitais acessíveis representa outra possibilidade para ampliar a participação acadêmica. Em atividades presenciais ou remotas, recomenda-se priorizar plataformas que permitam a visualização contínua do intérprete, disponibilizar vídeos com legendas ou tradução em Libras e utilizar canais de comunicação por texto ou vídeo, conforme as necessidades dos estudantes. Além disso, o acompanhamento pedagógico, a oferta de materiais acessíveis e a articulação com os setores institucionais de apoio são medidas importantes para a superação de barreiras educacionais.

Dessa forma, as práticas pedagógicas inclusivas devem ser compreendidas como possibilidades de intervenção que podem ser adaptadas às diferentes realidades universitárias. Sua efetivação depende do compromisso docente, do planejamento intencional e do apoio institucional, contribuindo para a construção de um ensino superior bilíngue que valorize a autonomia, a participação e a aprendizagem dos estudantes surdos.

Considerações Finais

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior exige o reconhecimento de suas especificidades linguísticas e culturais, bem como a adoção de práticas pedagógicas que assegurem condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, este artigo buscou apresentar e discutir estratégias inclusivas reunidas no produto educacional Sinalizando Saberes: Um Guia com Boas Práticas para Professores do Ensino Superior com Alunos Surdos, desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

As reflexões apresentadas evidenciam a importância da valorização da Libras, da utilização de recursos visuais, da flexibilização das avaliações e do planejamento colaborativo entre professores e intérpretes. Essas estratégias constituem possibilidades para a superação de barreiras comunicacionais e pedagógicas, considerando as diferentes experiências e necessidades dos estudantes surdos. Ressalta-se, entretanto, que as orientações propostas não representam modelos rígidos, devendo ser adaptadas às particularidades de cada contexto educacional.

Destaca-se, ainda, o papel fundamental do professor como mediador do conhecimento e agente de inclusão, cuja atuação requer formação continuada, sensibilidade cultural e compromisso com práticas educacionais acessíveis. Contudo, a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre o docente, sendo necessária a articulação com políticas institucionais que garantam recursos, profissionais qualificados e condições adequadas de aprendizagem.

Conclui-se que o produto educacional apresentado constitui um instrumento de apoio à reflexão e ao planejamento docente, oferecendo subsídios teórico-práticos para a construção de ambientes universitários mais inclusivos. Embora as estratégias reunidas não tenham sido objeto de avaliação sistemática de sua eficácia neste artigo, representam possibilidades de aprimoramento das práticas pedagógicas. Assim, reforça-se a importância de uma educação superior bilíngue comprometida com a equidade, a acessibilidade e a valorização da diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos:** a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Curitiba-PR, Editora UFPR, Educar em Revista. Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. DOI: 10.1590/0104-4060.37229

Duarte, S. B. R., et al. (2013). Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 20(4), 1713–1734.

FERNANDES, E. L. G.; OLIVEIRA, T. M. M.; ALMEIDA, M. A. **Educação de surdos no Brasil:** tendências e desafios atuais. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 3, 2014.

LEVY, Cilmara Cristina Alves da Costa. **História da Surdez**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA, 2019.

MOURA, Maria Cécilia de; LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn M. R. **História e Educação:** o Surdo, a Oralidade e o Uso de Sinais. In: LOPES FILHO, O de C. (Org). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997. Cap. 16.

PERLIN, Gladis T.T. **A constituição da identidade surda:** um estudo das representações sociais da surdez. Porto Alegre: Mediação, 2003.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades surdas. In Skliar Carlos (org). **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RUSKI, S. A constituição da cultura e identidade surda e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). São Paulo: [s.n.], 2018.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. **Surdez:** educação e identidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

VIEIRA, S. R; BONDEZAN, A. N. **Educação do surdo:** histórico e língua de sinais. Revista Trama, v. 7, n. 14, p. 97-108, nov. 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/5787/4378>. Acesso em: 04 jan 2024.